

RELATÓRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

3.º TRIMESTRE DE 2018

ÍNDICE

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL
2. ANÁLISE FINANCEIRA COMPARATIVA
3. ANÁLISE PLANO DE INVESTIMENTOS
4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”
5. BALANÇO
6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
7. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
8. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2018
9. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
10. GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS DO SEE

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

No 3.º Trimestre de 2018, os Resultados Líquidos apurados, ascenderam a 3 milhões de euros, ou seja, 20,5% (+516 mil euros) superiores ao estimado para este período.

Unid: Euros				
	ORÇAMENTO SET/2018	REAL SET/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
RESULTADOS OPERACIONAIS	3.254.310	4.028.099	773.789	23,8%
RESULTADOS FINANCEIROS	6.750	11.776	5.026	74,5%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	3.261.060	4.039.875	778.815	23,9%
IMPOSTOS	741.620	1.004.779	263.159	35,5%
RESULTADOS LÍQUIDOS	2.519.440	3.035.095	515.656	20,5%

Resultados Operacionais

No trimestre em análise, a atividade Operacional da APSS registou valores superiores ao orçamentado em 23,8% (+774 mil euros), justificado, essencialmente, pela variação dos gastos operacionais (-8,1%; -1,2 milhões de euros). No que diz respeito aos rendimentos operacionais, também registaram valores inferiores em 418 mil euros (-2,3%) face ao previsto para o período em análise.

- Gastos Operacionais

Os gastos com **“Fornecimentos e Serviços Externos”** apresentaram significativos decréscimos face ao previsto (-21,6%; -505 mil euros), nomeadamente, as rubricas de “Trabalhos Especializados” e “Conservação e Reparação”.

Nas rubricas de “Trabalhos Especializados” e “Conservação e Reparação” foram previstos diversos trabalhos de natureza pontual, que ainda não se realizaram, e que justificam o diferencial apurado face ao estimado.

Contrariando a tendência de redução de gastos, está a rubrica da “Água” que regista, no período em análise, um acréscimo de 38,7% (+76 mil euros) quando comparado com os valores orçamentados para este período.

Este aumento é justificado:

- pelo atraso verificado na passagem da gestão da cobrança de água para a Câmara Municipal de Sesimbra, que estava prevista ocorrer até final do ano de 2017, e que apenas ficou concluída em fevereiro do corrente ano;
- e, pelo facto de não terem sido estimados gastos para eventuais perdas de água na rede.

A variação de 10,4% (-516 mil euros) registada na rubrica de “Gastos de Depreciação e Amortização” está relacionada com a baixa execução do investimento realizado quer no ano de 2017 como de 2018.

Através do quadro seguinte podem ser analisadas todas as variações face aos valores orçamentados para o período em apreço:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO SET/2018	REAL SET/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	2.337.916	1.832.492	-505.424	-21,6%
Trabalhos Especializados	511.853	354.314	-157.539	-30,8%
Publicidade e Propaganda	48.863	22.196	-26.666	-54,6%
Vigilância e Segurança	201.825	170.623	-31.202	-15,5%
Honorários	22.500	0	-22.500	-100,0%
Conservação e Reparação	484.650	189.895	-294.755	-60,8%
Ferramentas e Utensílios	3.750	2.011	-1.739	-46,4%
Livros e Documentação Técnica	2.325	1.314	-1.011	-43,5%
Material de Escritório	15.000	15.566	566	3,8%
Artigos para Oferta	4.500	3.164	-1.336	-29,7%
Electricidade	335.662	341.769	6.108	1,8%
Combustíveis	120.675	97.245	-23.430	-19,4%
Água	196.178	272.138	75.961	38,7%
Outros Flúidos	3.750	2.131	-1.619	-43,2%
Deslocações e Estadas	18.000	16.159	-1.841	-10,2%
Transp. Mercadorias/Pessoal	27.000	18.682	-8.318	-30,8%
Rendas e Alugueres	6.857	273	-6.584	-96,0%
Comunicações	47.205	47.821	616	1,3%
Seguros	27.750	31.140	3.390	12,2%
Contencioso e Notariado	22.500	5.158	-17.342	-77,1%
Despesas de Representação	7.500	2.726	-4.774	-63,6%
Limpeza/Higiene/Conforto	215.625	224.021	8.396	3,9%
Outros Fornecimentos e Serviços	13.950	14.143	193	1,4%
GASTOS COM PESSOAL	6.589.151	6.471.578	-117.574	-1,8%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	4.949.953	4.433.904	-516.049	-10,4%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	75.000	75.000	0	0,0%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	799.383	746.978	-52.405	-6,6%
GASTOS OPERACIONAIS	14.751.403	13.559.952	-1.191.452	-8,1%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	1.500	0	-1.500	-100,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	14.752.903	13.559.952	-1.192.952	-8,1%

- Rendimentos Operacionais**

Os Rendimentos Operacionais da APSS registaram um valor inferior ao orçamentado, para este período, em 2,3% (-418 mil euros), destacando-se, pela positiva, o acréscimo de ganhos nos rendimentos resultantes dos “Serviços Portuários”.

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	ORÇAMENTO SET/2018	REAL SET/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	5.267.579	5.343.977	76.397	1,5%
TUP Navio	2.372.121	2.295.143	-76.978	-3,2%
Armazenagem	375.000	403.950	28.950	7,7%
Aluguer Equipamento	1.400	2.301	901	64,3%
Pilotagem	2.250.000	2.362.932	112.932	5,0%
Fornecimento Pessoal	18.173	26.522	8.349	45,9%
Estacionamento (TES)	11.318	26.846	15.528	137,2%
Outros	239.566	226.282	-13.285	-5,5%
TAXAS E LICENÇAS	1.554.986	1.551.626	-3.360	-0,2%
Taxas de Ocupação	1.233.372	1.253.491	20.119	1,6%
Licenças Diversas	103.944	79.576	-24.368	-23,4%
Náutica de Recreio	217.670	218.559	890	0,4%
CONCESSÕES	7.729.154	7.537.480	-191.674	-2,5%
Concessão Multiusos - Zona 1	1.445.395	1.434.850	-10.545	-0,7%
Concessão Multiusos - Zona 2	3.299.250	3.144.793	-154.457	-4,7%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	275.375	292.460	17.085	6,2%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	124.984	106.311	-18.674	-14,9%
Concessão Praias do Sado	187.224	184.528	-2.696	-1,4%
Concessão Autoeuropa	484.973	483.447	-1.526	-0,3%
Concessão Tanquisado	93.042	95.214	2.171	2,3%
Concessão Secil	474.646	476.267	1.621	0,3%
Concessão Teporset	491.289	490.261	-1.028	-0,2%
Concessão Uralada	57.500	0	-57.500	-100,0%
Concessão Portugália	22.730	22.658	-71	-0,3%
Concessão Docapesca	208.500	232.148	23.648	11,3%
Concessão Clube Naval Sesimbra	28.635	28.545	-91	-0,3%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	234.073	233.271	-802	-0,3%
Concessão Exporsado	4.732	5.445	714	15,1%
Concessão Atlantic Ferries	210.764	216.834	6.069	2,9%
Concessão Marina Tróia	23.404	31.128	7.724	33,0%
Concessão Artesanalpesca	27.169	25.607	-1.561	-5,7%
Concessão Marina Marbelha	33.819	33.713	-106	-0,3%
Concessão Marvellous Wave	1.650	0	-1.650	-100,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	75.000	37.837	-37.163	-49,6%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	90.000	39.622	-50.378	-56,0%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.288.994	3.077.509	-211.485	-6,4%
RENDIMENTO OPERACIONAIS	18.005.713	17.588.051	-417.662	-2,3%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	8.250	11.776	3.526	42,7%
TOTAL RENDIMENTOS	18.013.963	17.599.826	-414.137	-2,3%

A variação positiva dos **“Serviços Portuários”** deveu-se ao aumento de rendimentos provenientes da Armazenagem (+7,7%; +29 mil euros) e da Taxa de Pilotagem (+5,0%; +113 mil euros), quando comparado com o valor estimado para este período.

O acréscimo dos rendimentos com a “Armazenagem”, está relacionado com o aumento do n.º de veículos movimentados (+44,4%) comparativamente a igual período de 2017, bem como à alteração da base de cálculo da taxa de armazenagem para o ano de 2018.

Da análise ao quadro abaixo, constata-se que os valores reais de estatística ficaram abaixo das estimativas para o período em análise.

Indicadores de Actividade	ORÇAMENTO		REAL	VARIAÇÃO	
	2018	3.º TRIM/18	3.º TRIM/18		%
Mercadoria (Ton)	7.150.000	5.362.500	4.996.499	-366.001	-6,8%
N.º de Navios Act. Com. (Un.)	1.590	1.193	1.121	-72	-6,0%
Gross Tonn Nav.Act.Com. (GT)	25.292.000	18.969.000	16.788.560	-2.180.440	-11,5%

O rendimento resultante das **“Concessões Portuárias”** registou uma variação negativa de -3,25% (-226 mil euros) relativamente ao orçamentado para este período, onde se evidencia a concessão do *Terminal Multiusos – Zona 2*, com uma variação de -4,7% (-154 mil euros). A contribuir para esta diminuição está o facto de ter terminado a Concessão Uralada (passou a Licença de Uso Privativo), levando a um decréscimo destes rendimentos de 58 mil euros.

Globalmente, as **“Concessões Não Portuárias”** registaram um acréscimo (+36 mil euros) face à estimativa para o 3.º trimestre de 2018, destacando-se a concessão da Docapesca, com um aumento de 11,3% (+24 mil euros) face ao previsto.

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros registaram um valor superior ao orçamentado em 5 mil euros.

2. ANÁLISE COMPARATIVA REAL 2018/REAL 2017

A Conta de Exploração do 3.º Trimestre de 2018 foi sujeita a determinados ajustamentos extra-contabilísticos (como por ex. Amortizações, Subsídios ao Investimento, Gastos com Pessoal), que visam o cumprimento do Princípio Contabilístico da Especialização das perdas e dos ganhos.

Com a adoção de uma política contabilística concertada com as demais administrações portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente para a empresa no final dos respetivos contratos, a APSS considerou as infraestruturas portuárias construídas no âmbito das Concessões da Teporset e Atlantic Ferries, que irão reverter para a APSS no final do contrato de concessão.

No final do período em análise, os *Resultados Líquidos da APSS*, atingiram o montante de 3 milhões de euros, ou seja, ligeiramente superiores em 1,7% face aos obtidos em igual período de 2017.

Com base nos valores obtidos, foram apurados os respetivos impostos (sobre o Rendimento e Diferido), no valor total de 1 milhão de euros.

Unid: Euros				
	REAL SET/2017	REAL SET/2018	DIF. (R18-R17)	% (R-R)
RESULTADOS OPERACIONAIS	3.912.965	4.028.099	115.134	2,9%
RESULTADOS FINANCEIROS	60.731	11.776	-48.956	-80,6%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	3.973.697	4.039.875	66.178	1,7%
IMPOSTOS	989.502	1.004.779	15.278	1,5%
RESULTADOS LÍQUIDOS	2.984.195	3.035.095	50.900	1,7%

Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais mantêm a tendência do trimestre anterior, registando um acréscimo de 2,9% (+115 mil euros) face a igual período do ano de 2017.

Esta variação ficou a dever-se ao aumento dos rendimentos operacionais (+2,7%; +462 mil euros), com especial destaque para o aumento dos rendimentos dos Serviços Portuários (+15%; +698 mil euros). No entanto, esta variação não foi superior devido ao acréscimo dos gastos operacionais (2,6%; +347 mil euros), nomeadamente, resultantes dos gastos com Pessoal (+6,8%; +413 mil euros).

Da análise às variações nas diversas rubricas de rendimentos e gastos, ocorridos no trimestre em análise face a igual período do ano de 2017, salienta-se:

Gastos Operacionais

O acréscimo dos Gastos Operacionais resulta essencialmente das seguintes rubricas:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL SET/2017	REAL SET/2018	DIF. (R18-R17)	% (R-R)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	2.041.205	1.832.492	-208.714	-10,2%
Trabalhos Especializados	265.011	354.314	89.303	33,7%
Publicidade e Propaganda	45.479	22.196	-23.283	-51,2%
Vigilância e Segurança	188.047	170.623	-17.424	-9,3%
Honorários	4.974	0	-4.974	-100,0%
Conservação e Reparação	251.425	189.895	-61.529	-24,5%
Ferramentas e Utensílios	5.134	2.011	-3.123	-60,8%
Livros e Documentação Técnica	1.271	1.314	43	3,4%
Material de Escritório	14.904	15.566	662	4,4%
Artigos para Oferta	0	3.164	3.164	100,0%
Electricidade	325.346	341.769	16.423	5,0%
Combustíveis	103.839	97.245	-6.594	-6,3%
Água	507.891	272.138	-235.752	-46,4%
Outros Fluídos	2.066	2.131	66	3,2%
Deslocações e Estadas	12.160	16.159	3.999	32,9%
Transp. Mercadorias/Pessoal	20.240	18.682	-1.558	-7,7%
Rendas e Alugueres	1.154	273	-881	-76,4%
Comunicações	39.935	47.821	7.886	19,7%
Seguros	21.260	31.140	9.881	46,5%
Contencioso e Notariado	5.650	5.158	-492	-8,7%
Despesas de Representação	1.710	2.726	1.017	59,5%
Limpeza/Higiene/Conforto	212.267	224.021	11.754	5,5%
Outros Fornecimentos e Serviços	11.444	14.143	2.699	23,6%
GASTOS COM PESSOAL	6.058.543	6.471.578	413.035	6,8%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	4.398.964	4.433.904	34.941	0,8%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	75.142	75.000	-142	-0,2%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	639.236	746.978	107.742	16,9%
	0			
GASTOS OPERACIONAIS	13.213.089	13.559.952	346.863	2,6%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	0	0	0	0,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	13.213.089	13.559.952	346.863	2,6%

✓ **Fornecimentos e Serviços Externos (-10,2%; -209 mil euros)**

A redução verificada na rubrica de gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, ficou a dever-se essencialmente, aos gastos com Água, que registaram um decréscimo de 46,4% (-236 mil euros) face a igual período do ano de 2017.

A diminuição dos gastos com Água, deve-se à transferência para a Câmara Municipal de Sesimbra da gestão do fornecimento de água, aos utentes de Sesimbra. E assim sendo, a APSS deixa de suportar os gastos com Água referentes aos consumos dos utentes do porto, e consequentemente também deixará de receber os correspondentes rendimentos. Esta mudança passou a ter efeitos a partir de 1 de março de 2018.

✓ **Gastos com Pessoal (+6,8%; +413 mil euros)**

O acréscimo registado nesta rubrica está relacionado com a especialização dos gastos com o Subsídio de Natal, isto porque, no exercício de 2017, o Subsídio de Natal foi pago 50% por duodécimos e os restantes 50% no mês de novembro, não tendo sido feita qualquer especialização de gastos nesse período. A contribuir para este aumento está também o efeito das progressões na carreira.

✓ **Outros Gastos (+16,9%; +108 mil euros)**

O acréscimo de gastos nesta rubrica está relacionado com o montante a entregar ao IMT e DGRM relativo à quota-parte (5%) dos rendimentos operacionais (excluindo a Taxa de Pilotagem), ou seja, o acréscimo dos rendimentos operacionais reflete-se diretamente num aumento desta natureza de gastos.

Os gastos com a participação na Feira Intermodal South America 2018, também justificam, em parte, o acréscimo de gastos nesta rubrica, face a 2017.

Rendimentos Operacionais

Com vista ao cumprimento do Princípio da Especialização foram realizados, neste período, ajustamentos ao nível dos rendimentos resultantes de Taxas e Licenças e Concessões, pela afetação dos correspondentes duodécimos já que a faturação corresponde, na sua maioria, ao ano completo.

✓ **Serviços Portuários (+15%; +698 mil euros)**

Em termos estatísticos, a movimentação portuária no trimestre em análise face a igual período do ano de 2017 é a seguinte:

ATIVIDADE PORTUÁRIA	SETEMBRO/2018	SETEMBRO/2017	VAR.18/17
MOVIMENTAÇÃO MERCADORIAS (Ton)	4.996.499	5.103.108	-2,1%
N.º NAVIOS (em ativ.comercial)	1.121	1.109	1,1%
Total GT (1.000 Ton)	16.788.560	15.876.768	5,7%

Com exceção da Movimentação de Mercadorias, que registou uma diminuição de 2,1%, os restantes indicadores apresentam acréscimos face a igual período de 2017, que de alguma forma, se refletem no aumento dos rendimentos portuários. No caso da TUP Navio e Taxa de Pilotagem, verificou-se um aumento, respetivamente, de 2,5% (+56 mil euros) e 9% (+196 mil euros), face a 2017.

Os rendimentos resultantes da Armazenagem registaram um significativo acréscimo (+292 mil euros) face a igual período de 2017, devido à conjugação de dois fatores: o aumento da movimentação de carga Roll-on Roll-off neste período (+39,7%), e à alteração da base de cálculo da taxa de armazenagem para 2018.

Os rendimentos com “Outros Serviços Portuários” registou um acréscimo de 139,8% (+132 mil euros), resultante, nomeadamente, da taxa variável da Licença de Ocupação da Termitrena, que apenas teve início em setembro de 2017.

✓ **Concessões (-0,1%; -11 mil euros)**

Em termos globais, as *Concessões* registaram um ligeiro decréscimo de 0,1% (-11 mil euros) face a igual período de 2017, sendo este decréscimo justificado pelas concessões não portuárias, já que as Concessões Portuárias apresentam um aumento de 0,4% (+27 mil euros).

Nas concessões de natureza portuária, destaca-se, pela positiva, o acréscimo de rendimentos provenientes da *Concessão Autoeuropa* (23,7%; +93 mil euros), em consequência do aumento da área de ocupação do terminal de 60.000 para 100.000 metros quadrados, com efeitos a partir de 01/10/2017. Pela negativa, salienta-se a *Concessão Multiusos – Zona 2*, que em termos de movimentação portuária teve um decréscimo de 10,8%, refletindo-se numa diminuição dos respetivos rendimentos na ordem dos 2,4% (-78 mil euros).

Também o facto da Concessão Uralada ter terminado no final de 2017, e a nova ocupação passar a ser uma Licença de Uso Privativo, se traduziu num decréscimo de 56 mil euros nesta natureza de rendimentos.

As Concessões não Portuárias registaram um decréscimo de 4,3% (-37 mil euros) comparativamente com idêntico período de 2017, devido, maioritariamente, à Concessão da Marina Marbella. A negociação dos termos contratuais desta concessão foi concluída no decorrer do 3.º trimestre de 2017, tendo sido, nessa data, faturado os devidos acertos decorrentes dessa negociação, o que justifica o diferencial face a 2018.

A reforçar este decréscimo está o facto da Concessão Repsol ter terminado em meados de 2017 (-20,6 mil euros), tendo o novo contrato sido formalizado sob a forma de Licença de Uso Privativo.

✓ **Outros Rendimentos (-6,8%; -225 mil euros)**

A diminuição de rendimentos registada nesta rubrica, tem a sua justificação nos seguintes factos:

- recebimento, em janeiro de 2017, do montante de 82 mil euros, referente à quota-parte do investimento realizado no âmbito do projeto PIPE.
- passagem da gestão da Água de Sesimbra para a Câmara Municipal de Sesimbra, e consequente transferência da cobrança aos utentes, o que implica uma redução dos rendimentos desta natureza quando comparado com igual período do ano de 2017 (-169 mil euros).

Resultados Financeiros

O decréscimo de rendimentos desta natureza, deve-se à opção de não efetuar aplicações financeiras com os excedentes de tesouraria, pelo facto da taxa de juro praticada pelo IGCP ser de 0%.

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	REAL SET/2017	REAL SET/2018	DIF. (R18-R17)	% (R-R)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	4.646.361	5.343.977	697.615	15,0%
TUP Navio	2.239.002	2.295.143	56.141	2,5%
Armazenagem	111.961	403.950	291.989	260,8%
Aluguer Equipamento	1.095	2.301	1.206	110,1%
Pilotagem	2.167.007	2.362.932	195.925	9,0%
Fornecimento Pessoal	22.994	26.522	3.528	15,3%
Estacionamento (TES)	9.955	26.846	16.891	169,7%
Outros	94.348	226.282	131.934	139,8%
TAXAS E LICENÇAS	1.471.832	1.551.626	79.794	5,4%
Taxas de Ocupação	1.175.129	1.253.491	78.362	6,7%
Licenças Diversas	84.154	79.576	-4.579	-5,4%
Náutica de Recreio	212.549	218.559	6.010	2,8%
CONCESSÕES	7.548.056	7.537.480	-10.575	-0,1%
Concessão Multiusos - Zona 1	1.378.917	1.434.850	55.933	4,1%
Concessão Multiusos - Zona 2	3.222.603	3.144.793	-77.810	-2,4%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	266.237	292.460	26.223	9,8%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	121.019	106.311	-14.708	-12,2%
Concessão Praias do Sado	178.034	184.528	6.494	3,6%
Concessão Autoeuropa	390.798	483.447	92.649	23,7%
Concessão Tanquisado	118.467	95.214	-23.253	-19,6%
Concessão Secil	465.560	476.267	10.707	2,3%
Concessão Teporset	483.298	490.261	6.963	1,4%
Concessão Uralada	56.424	0	-56.424	-100,0%
Concessão Portugalia	22.350	22.658	309	1,4%
Concessão Docapesca	219.117	232.148	13.031	5,9%
Concessão Clube Naval Sesimbra	28.157	28.545	388	1,4%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	230.096	233.271	3.175	1,4%
Concessão Exporsado	0	5.445	5.445	100,0%
Concessão Atlantic Ferries	202.590	216.834	14.243	7,0%
Concessão Marina Tróia	29.955	31.128	1.173	3,9%
Concessão Artesanalpesca	25.259	25.607	349	1,4%
Concessão Marina Marbelha	88.504	33.713	-54.792	-61,9%
Concessão Marvellous Wave	0	0	0	0,0%
Concessão Repsol	20.671	0	-20.671	-100,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	43.450	37.837	-5.612	-12,9%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	113.765	39.622	-74.143	-65,2%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.302.591	3.077.509	-225.082	-6,8%
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	17.126.054	17.588.051	461.996	2,7%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	60.731	11.776	-48.956	-80,6%
TOTAL RENDIMENTOS	17.186.786	17.599.826	413.040	2,4%

3. ANÁLISE DO PLANO DE INVESTIMENTOS

A realização financeira do Plano de Investimentos no final do 3.º trimestre de 2018 atingiu o montante 766 mil euros, que corresponde a 2,4% do valor orçamentado para o corrente ano.

Dos investimentos realizados neste período, destacam-se os seguintes:

- A execução de diversos estudos de carácter ambiental de apoio à empreitada da “Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal”, cujo início está previsto para o último trimestre do corrente ano;
- Conclusão, em janeiro de 2018, da empreitada “Pinturas do pavimento e pavimentação na área de expansão a jusante do Terminal RoRo – Coelho da Mota”;
- Aquisição de duas viaturas para a frota automóvel da APSS, em substituição de igual número de viaturas, no valor de 67 mil euros;
- Aquisição de boias de sinalização para o Canal Norte, com um investimento de 41 mil euros;
- Realização da empreitada de “Pintura Exterior do Edifício do Mercado de 2.ª venda”, com um investimento, no período em análise, de 100 mil euros;
- No âmbito do projeto “Ordenamento da Doca dos Pescadores de Setúbal” foram realizadas as empreitadas “Execução de frente acostável e estacionamento de embarcações marítimo-turísticas, na Doca dos Pescadores”, no valor de 31 mil euros e “Colocação de Defensas no molhe exterior da Doca dos Pescadores” com um investimento de 192 mil euros.

PROJECTOS	Unid: Euros	
	2018	set-18
PORTO COMERCIAL: LOGÍSTICA PORTUÁRIA		
Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal	25.592.000	122.521
Requalificação de Infraestruturas e acessos aos Terminais RO-RO e TMS2	1.885.000	58.678
Modernização das linhas férreas na área de jurisdição da APSS	50.000	
Melhoria dos acessos ferroviários à zona central do porto	175.000	
Sistema de Informação Portuário	1.152.110	10.492
AMBIENTE E SEGURANÇA		
Melhoria da Eficiência Energética	261.000	1.871
Lancha de Pilotagem	650.000	
Equipamento de Transporte	11.000	66.570
Melhoria do Assinalamento Marítimo	15.000	40.838
PORTO DE PESCA		
Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota)	355.000	100.480
Reabilitação do Edifício dos Cacifos para aprestos marítimos	200.000	
Ordenamento da Doca dos Pescadores de Setúbal	192.000	222.421
Ordenamento do porto de Sesimbra	300.000	
Construção da Ponte-Cais n.º 4 - Porto de Sesimbra	30.000	
PORTO-CIDADE		
Reabilitação na frente ribeirinha	660.000	19.949
Reabilitação da Doca de Recreio das Fontainhas	337.000	
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	253.000	
OUTROS INVESTIMENTOS	348.000	122.153
TOTAL	32.466.110	765.971

4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”

Tendo como principal objetivo a redução dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 14 de fevereiro, o PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”. Este programa abrange serviços e fundos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, os municípios e empresas públicas, de acordo com diferentes regras e mecanismos.

De acordo com o definido no n.º 6 do Anexo à RCM n.º 34/2008 e alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, a evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP) da APSS é o seguinte:

PMP	31-12-2017	31-03-2018	30-06-2018	30-09-2018
Prazo Médio de Pagamentos	53	52	44	38

No final do 3.º trimestre de 2018, o Prazo Médio de Pagamentos registou um decréscimo de 13,6%, face ao trimestre anterior, correspondente a uma diminuição efetiva de seis dias.

A APSS considera como crédito não reconhecido, toda a faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, por a considerar indevida, não tendo intenção de a liquidar. Estando, no entanto, em análise a reclamação efetuada junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. A esta dívida acresce também, como um crédito não reconhecido, o montante de 277 mil euros correspondentes às faturas não aceites de 2005 e 2006.

5. BALANÇO

		Unid.: Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		30-09-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Intangíveis		173.253,72	232.539,00
Ativos fixos tangíveis		72.051.450,34	75.661.531,18
Clientes M/L Prazo		0,00	0,00
Outros créditos a receber		0,00	0,00
Outros investimentos financeiros		1.211,70	900,12
Ativos por impostos diferidos		312.419,39	327.429,54
		72.538.335,15	76.222.399,84
Ativo corrente			
Clientes		1.691.630,45	2.373.164,54
Estado e outros entes públicos		37.869,84	42.437,74
Accionistas/sócios			
Outros créditos a receber		727.034,32	309.600,52
Diferimentos		9.205,52	66.780,71
Caixa e depósitos bancários		34.090.752,64	31.539.693,27
		36.556.492,77	34.331.676,78
Total do Ativo		109.094.827,92	110.554.076,62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito		15.100.000,00	15.100.000,00
Reservas legais		3.190.062,46	3.190.062,46
Outras reservas		36.226.116,65	35.049.434,47
Reservas não distribuíveis - Concessões		1.549.720,02	1.307.471,20
Resultados transitados		20.620,19	20.620,19
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		23.721.386,91	25.180.853,36
		79.807.906,23	79.848.441,68
Resultado líquido do período		3.035.095,17	3.418.931,00
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		82.843.001,40	83.267.372,68
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		490.974,63	490.974,63
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		434.495,50	495.761,41
Passivos por impostos diferidos		586.255,44	527.297,50
Outras dívidas a pagar		6.962.049,84	7.435.652,25
Diferimentos		11.522.529,52	12.090.030,10
		19.996.304,94	21.039.715,89
Passivo corrente			
Fornecedores		781.432,14	1.316.097,16
Estado e outros entes públicos		710.242,78	518.320,36
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		2.413.351,74	2.668.057,38
Diferimentos		2.350.494,92	1.744.513,15
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
		6.255.521,59	6.246.988,05
Total do Passivo		26.251.826,53	27.286.703,94
Total do Capital Próprio e do Passivo		109.094.827,92	110.554.076,62

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid.: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		ORÇAMENTO	30-09-2018	30-09-2017
Vendas e Serviços Prestados		14.551.719	14.433.082,49	13.666.249
Trabalhos para a própria entidade		75.000	37.837,12	43.450
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0		0
Fornecimentos e serviços externos		-2.337.916	-1.832.491,67	-2.041.205
Gastos com o pessoal		-6.589.151	-6.471.577,88	-6.058.543
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		15.000	-35.378,23	38.624
Provisões (aumentos/reduções)		0	0,00	0
Outros rendimentos e ganhos		1.261.273	1.144.441,01	1.376.726
Outros gastos e perdas		-799.383	-746.977,50	-639.236
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.176.542	6.528.935,33	6.386.065
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-4.949.953	-4.433.904,48	-4.398.964
Subsídios ao Investimento		2.027.721	1.933.068,15	1.925.864
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.254.310	4.028.099,00	3.912.965
Juros e rendimentos similares obtidos		8.250	11.775,59	60.731
Juros e gastos similares suportados		-1.500	0,00	0
Resultados antes de impostos		3.261.060	4.039.874,59	3.973.697
Imposto sobre o Rendimento - Corrente		-678.128	-930.811,33	-914.598
Imposto sobre o Rendimento - Diferido		-63.493	-73.968,09	-74.904
Resultado Líquido do Período		2.519.440	3.035.095,17	2.984.195

Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		2.519.440	3.035.095,17	2.984.195
Interesses Minoritários				
		2.519.440	3.035.095,17	2.984.195
Resultado por acção básico		0,83	1,00	0,99

7. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

		Unid.: Euros
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	set-18
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimento de Clientes		16.048.034,51
Pagamentos a Fornecedores		2.358.840,05
Pagamentos ao Pessoal		6.716.552,11
Caixa gerada pelas operações		6.972.642,35
Pagamento/recebimento do Imposto s/Rendimento		-1.221.209,38
Outros pagamentos/recebimentos		-638.902,64
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		5.112.530,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis		1.005.094,61
Activos Intangíveis		45.067,21
Investimentos Financeiros		
Outros Activos		
Recebimentos Provenientes de:		
Activos Fixos Tangíveis		3.158,64
Activos Intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros Activos		
Subsidios de Investimento		
Juros e Rendimentos Similares		10.532,22
Dividendos		
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		-1.036.470,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de Capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de Prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e Gastos Similares		
Dividendos		1.525.000,00
Reduções de Capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		-1.525.000,00
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2.551.059,37
Efeito das Diferenças de Câmbio		
Caixa e seus equivalentes do início do período		31.539.693,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período		34.090.752,64

8. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2018

No âmbito das Orientações Estratégicas para o Setor Empresarial do Estado, foi definida uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promovam o equilíbrio operacional.

Foi, igualmente definido, que as empresas com EBITDA não negativo deveriam assegurar, no seu conjunto, à melhoria do peso dos gastos operacionais sobre o Volume de Negócios.

À data de 30/09/2018, e quando comparado com o previsto em termos orçamentais, o objetivo de assegurar a redução do peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios foi atingido, verificando-se uma redução de 7,4 p.p. Quando comparado com o real do mesmo período do ano anterior, verifica-se o cumprimento do objetivo, com uma redução de 1,8 p.p..

Desta forma, apresenta-se, através dos seguintes quadros, o ponto de situação à data de 30/09/2018:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO SET/2018	REAL SET/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	2.337.916	1.832.492	-505.424	-21,6%
GASTOS COM PESSOAL	6.589.151	6.471.578	-117.574	-1,8%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	8.927.067	8.304.070	-622.998	-7,0%
VOLUME DE NEGÓCIOS	14.891.749	14.964.987	73.239	0,5%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	59,9%	55,5%		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	-7,4 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL SET/2017	REAL SET/2018	DIF. (18-17)	% (18-17)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	2.041.205	1.832.492	-208.714	-10,2%
GASTOS COM PESSOAL	6.058.543	6.471.578	413.035	6,8%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	8.099.748	8.304.070	204.322	2,5%
VOLUME DE NEGÓCIOS	14.337.260	14.964.987	627.727	4,4%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	56,5%	55,5%		
VARIAÇÃO REAL18/REAL17	-1,8 p.p.			

No trimestre em análise, e tendo em consideração as toneladas movimentadas, verificou-se uma diminuição dos gastos por tonelada quando comparado com o valor orçamentado para este período (-0,2 p.p). No entanto, comparativamente com 2017, verificou-se um aumento dos gastos por tonelada (+4,7 p.p.), devido à quebra na movimentação de mercadorias conjugado com o aumento dos gastos com FSE e Gastos com Pessoal.

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO SET/2018	REAL SET/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	8.927.067	8.304.070	-622.998	-7,0%
TONELADAS MOVIMENTADAS	5.362.500	4.996.499	-366.001	-6,8%
GASTOS POR TONELADA	1,66	1,66		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	-0,2 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL SET/2017	REAL SET/2018	DIF. (18-17)	% (18-17)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	8.099.748	8.304.070	204.322	2,5%
TONELADAS MOVIMENTADAS	5.103.108	4.996.499	-106.609	-2,1%
GASTOS POR TONELADA	1,59	1,66		
VARIAÇÃO REAL18/REAL17	+4,7 p.p.			

9. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com o Ofício Circular n.º 6132 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 06/08/2010, há que prestar informação sobre a forma de aplicação das normas de contratação pública, especificamente para contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (s/IVA).

De janeiro a setembro de 2018, a APSS efetuou as seguintes adjudicações de prestações de serviços, que se enquadram nos parâmetros atrás referidos:

- Adjudicação, em 05/04/2018, à empresa Luso Atlântica – Corretor de Seguros, SA., para a prestação de serviços de Seguros para a APSS, SA, para o ano de 2018, no montante de 219.358,55 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 19/04/2018, à empresa KG Services, Lda., para a prestação de serviços de “Limpeza das Instalações da APSS, SA” para o período de 2018-2021, no montante de 188.459,10 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 17/05/2018, à empresa Consulmar – Projetistas e Consultores, Lda., para a realização de “Estudos preparatórios do processo de concessão da futura marina de Setúbal (estudo prévio e estudo económico-financeiro), no montante de 138.750,00 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 24/05/2018, à empresa TRIU – Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, SA., para a prestação de serviços de “Recolha de RSU’s a navios atracados no porto de Setúbal e em áreas de apoio ao transporte marítimo e fluvial” para o período de 2018-2021, no montante de 219.995,88 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 21/06/2018, à empresa Real Prestígio, Lda, para a prestação de serviços de “Limpeza na área de jurisdição da APSS, incluindo diversas instalações, no Porto de Setúbal” para o período de 2018-2020, no montante de 271.416,00 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 21/06/2018, à empresa PH Energia, Lda, para o “Fornecimento de energia elétrica para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 (Estimativa de 4.000.000 kWh) em 4 pontos de entrega em Baixa Tensão Especial e 5 em Média Tensão, nos portos de Setúbal e Sesimbra”, no montante de 473.047,97 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.

- Adjudicação, em 11/01/2018, ao Consórcio Geopalm, Lda e Teromovigo, Lda, para a “Realização de trabalhos de topografia, fotografia aérea e hidrografia, no âmbito do Projeto de Melhoria dos Acessos Marítimos ao Porto de Setúbal”, no montante de 129.262,00 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 23/08/2018, à empresa Prospectiva – Projetos e Estudos, SA, para a realização da “Fiscalização da Empreitada de Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Setúbal”, no montante de 275.000,01 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 26/07/2018, à empresa Trifólio – Estudos e Projetos Ambientais e Paisagísticos, Lda, para a realização do “Estudo de Arqueologia e Património no âmbito do Projeto de Melhoria dos Acessos Marítimos ao Porto de Setúbal”, no montante de 148.608,00 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.

10. GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS DO SEE (Decreto-Lei N.º 33/2018 DE 15-05-2018, Artigo 145)

Unid: Euros

	REAL SET/2017	REAL SET/2018	DIF.	%
1. Gastos com Pessoal	6.058.543	6.471.578	413.035	6,8%
2. Deslocações/Estadas	12.160	16.159	3.999	32,9%
3. Ajudas de Custo	2.420	2.714	294	12,1%
4. Gastos com Frota	99.239	98.426	-813	-0,8%
5. Estudos, pareceres, projetos e consultoria	58.497	51.072	-7.424	-12,7%

Unid: Euros

	ORÇ SET/2018	REAL SET/2018	DIF.	%
1. Gastos com Pessoal	6.589.151	6.471.578	-117.574	-1,8%
2. Deslocações	18.000	16.159	-1.841	-10,2%
3. Ajudas de Custo	2.250	2.714	464	20,6%
4. Gastos com Frota	79.108	98.426	19.318	24,4%
5. Estudos, pareceres, projetos e consultoria	48.375	51.072	2.697	5,6%

RELATÓRIO DO 3.º TRIMESTRE DE 2018

DO CONSELHO FISCAL

1. Introdução

No cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, que rege a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) e aprovou os respetivos Estatutos, conjugado com o n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e ainda por força do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico do sector público empresarial, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório relativo ao 3.º trimestre de 2018.

O relatório em apreço versa os controlos efetuados, anomalias detetadas e os principais desvios ocorridos, entre os valores executados até ao final do 3.º trimestre de 2018 e os previstos no Plano de Atividades e Orçamento, 2018-2020, datado de 8 de agosto¹, bem como, os verificados no período homólogo de 2017.

O relatório abrange o conjunto de factos ocorridos durante o 3.º trimestre de 2018 e tem por base o Relatório Económico-Financeiro do Conselho de Administração da Sociedade, relativo ao 3.º trimestre de 2018 e o Memorando de Acompanhamento do Revisor Oficial de Contas (ROC) que integra o Conselho Fiscal, datado de 29 de novembro de 2018, anexo ao presente documento, constituindo parte integrante do mesmo e ainda da análise das atas do Conselho de Administração e nos esclarecimentos prestados pela Sociedade.

2. Atividade desenvolvida e análise da execução orçamental

Relativamente aos factos e resultados atingidos no 3.º trimestre de 2018, evidenciam-se os seguintes aspetos:

¹ Que aguarda por aprovação.

- O Resultado líquido no final do 3.º trimestre de 2018 atingiu o montante de cerca de 3.035 mil euros, situando-se cerca de 20,5% e 1,7% acima, respetivamente, do valor orçamentado e do valor verificado no período homólogo, correspondente, neste último caso, a uma variação de apenas cerca de +50,9 mil euros;
- As variações ocorridas no resultado líquido refletem, como é característico da empresa, essencialmente, os movimentos verificados no resultado operacional, o qual alcançou, no final do 3.º trimestre, o valor de cerca de 4.028 mil euros, superior em cerca de 23,8% e 2,9%, respetivamente, em relação ao previsto no orçamento e em relação ao valor alcançado no período homólogo;
- A variação positiva constatada no resultado operacional, em relação ao valor atingido no período homólogo, fundamenta-se, à semelhança do verificado no 2º trimestre, no acréscimo dos rendimentos operacionais (no valor de cerca de 461,9 mil euros, cerca de + 2,7%), em particular, dos decorrentes dos serviços portuários (no valor de cerca de 697,6 mil euros, +15%) que superaram o valor do acréscimo registado nos gastos operacionais (no valor de cerca de +346,8 mil euros, cerca de +2,6%);

Conforme expresso no relatório confirma-se, igualmente, a tendência verificada no trimestre anterior no sentido de se registarem nos indicadores da atividade portuária uma pequena variação positiva², comparativamente ao verificado no período homólogo, com exceção do indicador referente à movimentação de mercadorias que sofreu um ligeiro decréscimo;

O acréscimo dos rendimentos operacionais, relativamente ao período homólogo, encontra-se, assim, em consonância com a tendência verificada nos indicadores da atividade portuária, destacando-se, mais uma vez, o acréscimo na rubrica de Armazenagem, em resultado do aumento da movimentação de carga roll-on e roll-off e da

² Embora se constate que os indicadores se situam abaixo do previsto em termos de Plano de Atividades e Orçamento.

alteração da base de cálculo da taxa de armazenagem, assim como, dos rendimentos provenientes da tarifa de pilotagem e dos outros serviços portuários³;

Ao nível dos gastos operacionais e em comparação com os valores registados no período homólogo, regista-se, novamente neste trimestre, o decréscimo verificado na rubrica de FSE, para o qual contribui, essencialmente, a redução dos gastos com a água, tal como assinalado nos relatórios dos anteriores trimestres. Tal facto deve-se, principalmente, à transferência para a Câmara Municipal de Sesimbra da gestão do fornecimento de água, ocorrida a partir de março último, com efeitos, igualmente, na redução da receita registada em outros rendimentos e ganhos;

A redução verificada na rubrica de FSE não permitiu, no entanto, reduzir os gastos operacionais, registados no trimestre em causa, essencialmente pelo facto de se verificar um acréscimo na rubrica de gastos de pessoal, comparativamente ao verificado no período homólogo (no valor de cerca de 413 mil euros, +6,8%);

- A APSS continua a manter um passivo remunerado nulo, pelo que o resultado financeiro reflete, essencialmente, a variação das remunerações obtidas junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), em resultado da aplicação das suas disponibilidades nesta Agência. Assim, verifica-se que o resultado financeiro, no final do 3.º trimestre de 2018, atingiu o montante de cerca de 11,7 mil euros que embora se situe superior ao orçamentado, está bastante abaixo do verificado no período homólogo (-48,9 mil euros, cerca de -80,6%), justificado pelo facto do IGCP ter deixado de remunerar os excedentes de tesouraria depositados nessa Agência;
- A execução do plano de investimentos, até ao final do 3.º trimestre de 2018, foi de cerca de 765,9 mil euros, correspondente a cerca de 2,4% do orçamentado, com base na utilização somente de recursos próprios, salientando-se, em termos de execução no trimestre agora em causa, o projeto “Melhoria dos Acessos Marítimos do Porto de Setúbal” referente a estudos e outros trabalhos preparatórios;

³ Conforme assinalado no relatório regista-se, igualmente, o acréscimo dos rendimentos provenientes de outros serviços portuários, embora, tal justificado pela taxa variável de ocupação da Termitena que teve início só em setembro de 2017.

- Em termos da estrutura de capitais e comparando os dados do final do ano de 2017 com os alcançados no final do primeiro semestre de 2018, conclui-se que, embora se registem pequenas variações negativas no balanço, a estrutura financeira da empresa mantém-se bastante equilibrada. Os rácios de solvabilidade (capital próprio/passivo) e de autonomia financeira (capital próprio/ativo) atingiram no final do 3.º trimestre de 2018, respetivamente, 3,16 e 76%, valores ligeiramente superiores aos alcançados no final do ano transato;
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do 3.º trimestre de 2018, apurado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, foi de 38 dias, registando um decréscimo de 6 dias, relativamente ao verificado no trimestre anterior. O valor apurado para este indicador, conforme assinalado em anteriores relatórios, não considera a faturação emitida pela empresa Águas do Sado, S.A., que a APSS considera indevida, nem o montante de 277 mil euros de faturas não aceites dos anos de 2005 e 2006;
- A APSS no trimestre em análise efetuou 2 novas adjudicações de prestação de serviços, superiores a 125 mil euros (s/IVA), conforme devidamente assinalado no relatório, referentes a prestações de serviços de fiscalização e estudos no âmbito do Projeto de Melhoria dos Acessos Marítimos ao Porto de Setúbal, salientando-se que consta do presente relatório a referência a uma nova adjudicação efetuada em 11/01/2018 que não constava dos anteriores relatórios uma vez que envolvia um processo em tribunal que só ficou resolvido no período em análise;
- No trimestre em causa, a APSS aprovou o Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais para 2018 e a proposta de alteração do Regulamento de Tarifas para 2018;

- Relativamente às restantes orientações e disposições legais⁴ aplicáveis às empresas do SEE referem-se ainda os seguintes aspetos:
 - i) Constata-se um decréscimo dos gastos operacionais relativamente ao volume de negócios, comparando os valores alcançados no trimestre em causa com os valores orçamentados, bem como, com os realizados no período homólogo;
 - ii) Verifica-se igualmente um decréscimo nos gastos com pessoal comparando com os valores orçamentados, contudo, registam-se acréscimos (de cerca de 6,8%, correspondentes a cerca de 413 mil euros) relativamente aos gastos registados no período homólogo, em face quer da aplicação do princípio de especialização dos gastos com o subsídio de Natal, conforme explicitado no relatório, quer ainda de valorizações remuneratórias ocorridas;
 - iii) Verifica-se uma redução do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como, os associados à frota automóvel, em relação aos valores orçamentados, no entanto, regista-se um pequeno acréscimo, sem expressão material (cerca de 3,1%, correspondentes a cerca de 3,48 mil euros) relativamente aos valores verificados no período homólogo;
 - iv) Constata-se um acréscimo dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria relativamente aos valores orçamentados, no entanto regista-se um decréscimo relativamente aos verificados no período homólogo, neste ultimo caso, de cerca de -7,4 mil euros (-12,7%);
 - v) A APSS manteve a generalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, permanecendo, apenas, com uma conta bancária aberta junto da banca comercial (BPI) cujo saldo, a 31 de setembro de 2018, representava cerca de 0,12% do total de disponibilidades⁵.

⁴ Designadamente, o Decreto-Lei n.º 33/2018 de 15 de maio, que estabeleça as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2018 (DLEO/2018) e que contem algumas disposições aplicáveis à execução do orçamento das empresas públicas não reclassificadas, como é o caso da APSS, salvaguardando-se, contudo, que algumas dessas disposições, designadamente, as relativas a gastos operacionais, têm um referencial comparativo de carácter anual pelo que as análises trimestrais têm carácter meramente indicativo.

⁵ Por carta de 20 de julho de 2018 a APSS solicitou, junto do Secretário de Estado do Tesouro, dispensa de cumprimento do princípio da Unidade da Tesouraria do Estado para algumas operações, à semelhança de anos anteriores, bem como da obrigatoriedade de manter depositadas as suas disponibilidades no IGCP, podendo passar a aplicar os seus fundos junto da banca comercial em depósitos a curto prazo revertendo as respetivas remunerações para os seus resultados ao abrigo do n.º 9 do artigo 104.º do DLEO/2018, que aguarda nesta data deferimento.

3. Conclusão

Em suma, conclui-se que o Relatório Económico-Financeiro relativo ao 3.º trimestre de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração da APSS, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada e justificativa das alterações ocorridas, não tendo sido detetadas quaisquer anomalias, salvaguardando-se, contudo, os principais aspetos e considerações evidenciados no Memorando de Acompanhamento do ROC, que integra o Conselho Fiscal, constante do anexo ao presente documento.

A Sociedade evidencia uma estrutura económico financeira equilibrada, constatando-se resultados ligeiramente superiores aos verificados no período homólogo.

30 de novembro de 2018

O Conselho Fiscal,



Teresa Isabel Carvalho Costa (*Presidente*)



Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio (*Vogal Efetivo*)

Anexo: Memorando de Acompanhamento da SROC (*Vogal Efetivo do Conselho Fiscal*)

***Administração dos Portos de Setúbal e
Sesimbra, S.A.***

Memorando de Acompanhamento – Terceiro
Trimestre de 2018

A handwritten signature in the bottom right corner of the page, consisting of a stylized 'J' followed by a small mark.



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Memorando de Acompanhamento – Segundo Trimestre de 2018

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no nº 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, procedemos à análise da informação financeira preparada pelo Conselho de Administração da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., relativa ao terceiro trimestre de 2018, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2018”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa, (iii) a análise do plano de investimentos e (iv) o programa “pagar a tempo e horas”.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Empresa a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Empresa ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento sucinto, com vista à identificação dos principais desvios em relação às previsões, assim como de outras situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração deste Memorando de Acompanhamento, efetuamos:

- a) O acompanhamento da atividade da Empresa, através da participação em reuniões havidas com o Conselho de Administração e outros responsáveis, e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b) A análise da informação financeira relativa ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, incluindo os principais desvios em relação às previsões, os quais se encontram detalhados no documento em anexo preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2018”;
- c) A análise do grau de cumprimento do “Programa pagar a tempo e horas”.

mm

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20171485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

[Handwritten signature]

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Empresa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Empresa no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto no nº 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro.

Principais aspetos e considerações

6 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre o trabalho realizado, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Empresa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

6.1 O balanço e a demonstração dos resultados do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 e 2), preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2018”.

6.2 A matéria referida na reserva constante na Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, datada de 1 de junho de 2018, mantém-se na informação financeira relativa a 30 de setembro de 2018, nomeadamente:

- o não reconhecimento pela APSS de ativos e passivo, resultantes de um contrato de concessão, o qual prevê o pagamento de uma indemnização pela reversão de determinados bens no final da concessão, por decisão unilateral do concessionário, devido ao facto de ser sua expectativa de que o contrato irá ser prorrogado por um período de tempo que permitirá a amortização integral desses bens. Atendendo a que, ao contrário da expectativa inicial, esta situação não teve evolução desde o exercício de 2017, considerando o contrato atualmente em vigor, os ativos intangíveis (líquidos de amortizações) e as outras dívidas a pagar (não corrente) encontram-se subavaliados em, aproximadamente, 14.100 milhares de euros e 9.700 milhares de euros, respetivamente e os rendimentos a reconhecer e os resultados do exercício subavaliados em 4.050 milhares de euros e 350 milhares de euros, respetivamente;

6.3 Com referência a 30 de setembro de 2018, no âmbito do “Programa pagar a tempo e horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, são os seguintes os prazos médios de pagamento da Empresa (dias):

<u>30.09.18</u>		<u>31.12.17</u>
(2)	(dias)	(1) e (2)
<u>38</u>		<u>53</u>

(1) Conforme publicado no Relatório e Contas de 2017

(2) Este cálculo não inclui facturas emitidas por terceiros relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no montante de 277 milhares de euros, nem a faturação emitida pela entidade Águas do Sado, relativa a taxas de saneamento.

mm

9/

8

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à APSS a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

De V. Exas.
Atentamente

29 de novembro de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

